

(Página deixada propositadamente em branco)

DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*

JORGE SAMPAIO

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

DESIGN

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Gráfica de Coimbra

ISBN

978-989-26-0059-8

ISBN Digital

978-989-26-0348-3

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0348-3>

DEPÓSITO LEGAL

317518/10

OBRA PUBLICADA COM PATROCÍNIO DA



DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA*

JORGE SAMPAIO

24 DE JANEIRO 2010





Dr. Rui Vilar (Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian), Doutor João Calvão da Silva, Doutor Avelãs Nunes, Dr. Vera Jardim, Dr. Alberto Martins (Ministro da Justiça), Doutor Jorge Sampaio, Doutor Fernando Seabra Santos (Reitor da Universidade de Coimbra), Doutor António dos Santos Justo (Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra), Doutor Rui Moura Ramos (Presidente do Tribunal Constitucional), Dr. Artur Santos Silva (Presidente do Conselho Geral Universidade de Coimbra), Dr. Luís António Noronha do Nascimento (Presidente do Supremo Tribunal de Justiça)

Doutores
António Santos Justo,
Fernando Seabra Santos,
Jorge Sampaio,
Avelãs Nunes







Doutores Manuel da Costa Andrade, Rui Figueiredo Marcos, Fernando Seabra Santos, Jorge Sampaio, Avelãs Nunes, António Santos Justo











DOUTOR
JORGE SAMPAIO

(Página deixada propositadamente em branco)

Palavras proferidas pelo Doutor Jorge Sampaio

I

Todos nós – sabemo-lo bem – vamos somando ao longo da vida momentos felizes que balizam as margens dos nossos percursos pessoais para comporem, aos poucos, um património muito íntimo de memórias e emoções.

É o que comigo ocorre neste instante, ao agradecer a esta Universidade o gesto generoso de me conceder a sua mais alta distinção.

E isto, porque é grande a honra e o orgulho por ela me ser outorgada, pois representa o reconhecimento por uma Instituição ímpar da cultura portuguesa de que alguma coisa fiz de bem, guiado por causas e valores, no esforço de entender o meu dever de cidadão para com o país – nele e fora dele.

Decerto que não esqueço a responsabilidade que esta honra me impõe; nisso pensava, ao transpor a emblemática Porta Férrea, recordando alguns vultos que me antecederam e que, como eu, aqui vieram recolher, nesta Sala magnífica, espelho da vossa grandeza, as insígnias que nos integram no Claustro ilustre dos Doutores da Universidade de D. Dinis.

Ao meu júbilo deste momento acresce o facto de ter sido a Faculdade de Direito que propôs me fosse concedido este grau honorífico, dizendo deste modo que me acolhe como um dos seus.

Jurista de formação, antes de optar por uma carreira política, manejei durante bastantes anos – com sempre lembrado

prazer – leis, códigos e processos judiciais. Mas, nascido em Lisboa, foi outra a Universidade em que me formei, longe deste admirável Pátio das Escolas, do convívio dos Gerais, ou do trânsito diário pela Via Latina, espaços privilegiados de memórias que secretamente nos interpelam.

E estas têm nomes imperecíveis, como o de Santo Antero a investivar Deus, o de Eça a desancar provincianismos, o de Teixeira de Pascoaes a descobrir tons de elegia na paisagem lendária de Coimbra, ou o de tantos outros, a indicarem-nos afinal caminhos de inquietação, de livre crítica, de rebeldia, de modernidade, mas também de afectos e de exigências éticas.

Estudantes em Lisboa, chegavam-nos nessa altura alguns ecos dos mestres de Coimbra que, à distância, e porque não havia ainda triunfado o tempo da imagem, conjecturávamos guardiões severos da secular tradição jurídica coimbrã, mas de quem cedo descobríamos, ao ler os seus textos, um dos marcos distintivos desta Escola: uma escrita límpida, apurada, num alinhamento preciso, criativo e rigoroso de ideias essenciais.

Ao mesmo tempo, embora proclamássemos as vantagens do então débil cosmopolitismo da capital, idealizávamos a vida universitária de Coimbra, que pressentíamos assente nas suas Repúblicas, pátrias de liberdade e de romantismos fraternos, nas suas tradições e solidariedades, ou ainda nas suas históricas lutas académicas, que iriam regressar após 1945 e que, já nos finais dos anos sessenta, ajudariam a sacudir o regime pelo exercício corajoso da palavra, numa sempre lembrada inauguração aqui bem perto.

Depressa, na minha vida profissional de advogado, estabeleci laços estreitos com a vossa Faculdade de Direito. Para trás haviam ficado as reuniões da RIA (essa escola de consciencialização política) que, mais de uma vez, me trouxeram

a Coimbra. Tratava-se agora de colaborar em reflexões e seminários sobre o Direito, como no Verão de 66, relativamente ao Direito internacional comparado, ou de, com frequência, vir aos graves gabinetes do Instituto Jurídico recolher pareceres e debater conselhos com alguns de vós. Assim fui tecendo uma malha sólida de relacionamentos, reencontrando, agora já respeitado professor, o António Avelãs Nunes, com quem havia conspirado na crise académica de 61/62, e que escolhi para me acompanhar nesta cerimónia; ou descobrindo depois a singular capacidade intelectual do Joaquim Canotilho, e as qualidades de muitos outros que agora me honram com a sua amizade e me ensinaram a admirar melhor esta Escola, onde se trabalham as questões jurídicas “o mais honradamente que fazer se pode”, como diria o cronista.

Tudo isto explica as inúmeras ocasiões em que, instalado em Belém, aqui vim participar nas iniciativas desta Universidade, por sabê-la francamente aberta aos desafios do seu tempo; pelos mesmos motivos, iria abraçar com empenho pessoal a causa de reunir apoios mecenáticos para a construção (que espero se concretize em breve) de uma biblioteca condigna para o extraordinário acervo de obras da sua Faculdade de Direito.

II

Do Curso, e da posterior prática da advocacia, retirei a experiência concreta do valor do Direito como sólido método para a acção, e bem assim o imperativo de lutar por um bom exercício da justiça, na plena consciência de ser este o refúgio último de defesa dos cidadãos. Compreender-se-á assim que as

minhas raízes académicas e profissionais me tenham levado, durante os meus encargos políticos, a insistir recorrentemente neste tema, que sempre considere nuclear para o progresso político, social e económico de um país.

Por isso, repetidas vezes chamei a atenção para vários pontos que careciam de resoluta abordagem, como a inaceitável morosidade dos procedimentos – que corrói junto do sentir colectivo a credibilidade do sistema judiciário; a necessidade do estabelecimento de uma exigente cultura de efectiva responsabilidade; a existência de um excessivo formalismo, propiciador de delongas pela utilização de recursos quanto a questões acessórias e instrumentais, assim se cavando um fosso de justiça a duas velocidades, conforme a capacidade económica dos litigantes; a conhecida realidade de frequentes adiamentos pelo uso, com finalidades dilatórias, de questões alegadamente constitucionais, tantas vezes num ritual impreciso de litigância de má fé; o benefício de melhor articular as tarefas entre os diversos pólos da investigação; ou a vantagem do adequado aproveitamento pelos tribunais das inovações tecnológicas, nomeadamente da via informática, a fim de se obter maior agilização e presteza dos actos.

Valerá a pena repeti-lo: a reforma de um sistema de justiça é inimiga de imediatismos não raro assentes em eventuais pulsões políticas ou sociais; a sua solidez implica antes um processo longo, firmado numa ponderação imune a demagogias ou a apressadas alterações legislativas, necessariamente apoiado em qualificados recursos humanos e técnicos, sem o que será difícil dar resposta aos problemas que hoje confrontam as sociedades europeias, a braços com novas formas de conflitualidade ou de criminalidade.

Mas tal não impede – e acabam de ser dados nesse sentido recentes sinais encorajadores – que se procure desfazer alguns nós de actuais bloqueios através de uma cooperação resguardada de interesses corporativistas, sempre avessos a mudanças, mobilizando para tanto as vontades, o saber, e as experiências de todos os responsáveis, num esforço orientado pelo bem comum da comunidade. E isto na consciência de que justiça que não seja célere gera impunidades, penaliza inocentes e enfraquece a autoridade democrática do Estado de Direito, ao favorecer a deslocação para o julgamento da praça pública e para o ruído egoísta da exploração mediática o que caberia a uma responsável resposta dos agentes do sistema.

Será pedir ingenuamente muito?

Julgo que não, pois estamos aqui bem para lá de um simples exercício de soberania, já que, neste domínio, o que se encontra em jogo nas nossas sociedades é, afinal, o próprio cimento do seu progresso e desenvolvimento, ou, se quiserem, a defesa do cidadão, titular de liberdades, direitos e obrigações.

III

Neste nosso mundo, e neste nosso tempo dividido entre sombras e claridades, nunca é demais falar nesta Casa sobre uma administração da justiça que seja não só trave estruturante do Estado de Direito, mas constitua igualmente o esteio da comunidade internacional.

Até porque, se começámos este século com as expectativas que desde sempre acompanham o render dos milénios, cedo percebemos ter aumentado significativamente o desenho das

barreiras que põem à prova a nossa capacidade de intervenção na custódia dos valores garantes de um futuro de progresso humano.

Adensaram-se problemas antigos, como o terrorismo internacional, agora pondo a descoberto o rosto mais implacável que lhe oferecem as novas tecnologias e o alastrar de irracionais fanatismos. Com ele nasceram novos medos, a favorecerem, em nome da segurança efectivamente ameaçada, respostas contraproducentes de derrogação de direitos individuais, que se acreditava – pelo menos em alguns Estados de exemplar cultura democrática – estarem ao abrigo de excessos do poder.

Em paralelo, e não obstante a recorrente retórica de discursos oficiais, persistem em vários pontos do globo situações contrárias às normas que definem os ultrajes aos direitos humanos e revelam, numa nova geografia da crueldade deste nosso planeta, inaceitáveis omissões éticas e, bem assim, clamorosas falhas dos instrumentos responsáveis pela regulação da sociedade internacional.

Encontramo-nos perante questões globais, numa terra cada vez mais moldada por interdependências, onde – como já advertia o poeta – nenhum homem é uma ilha isolada, pelo que mais do que nunca será escusado perguntarmos por quem os sinos dobram, mesmo se os seus ecos nos chegarem do longínquo Darfur ou do distante Médio Oriente.

Vivemos numa comunidade complexa de nações e de povos, de regimes e culturas, onde os egoísmos nacionais ou as pretensões de poder têm impedido reforçar esse método antigo – o multilateralismo –, único caminho eficaz para conjugar múltiplos interesses e conciliar os diferendos do mundo globalizado dos nossos dias. Caberá recordá-lo, já que pela dinâmica igualitária da via multilateral terão voz os mais fracos; por ela se poderá melhor proteger a legalidade internacional; com

ela se contrariarão impulsos hegemônicos; através dela se tornará possível dar passos positivos para impedir impunidades, como ocorre já nesta década com o funcionamento – mesmo que tímido – da primeira justiça penal internacional permanente.

Decerto que esta aplicação de princípios democráticos às relações entre Estados, utopia generosa reforçada no início do pós guerra, regista hoje a erosão do tempo e das alterações do desenho do mapa internacional, extensamente alterado quanto ao número e à diferenciação relativa – em termos de poder, grandeza, e solidez organizativa – dos países que o compõem.

Após um desastrado período de doutrinas favorecedoras de acções unilaterais que pouco escondiam certas vontades de domínio, assistimos agora a uma reavaliação mais correcta da prática multilateral, não obstante algumas tendências para uma preocupante emergência de fóruns de geometria favorável.

Por isso, da segurança à economia, das questões ecológicas aos problemas sociais, da eficaz defesa dos direitos humanos a uma responsabilidade de ingerência humanitária, são várias as matérias que implicam uma obrigação política inédita de reformas urgentes para garantir a eficácia do futuro deste método diplomático nascido com a época moderna europeia.

Reconheço, não me furto a dizê-lo, a profunda complexidade de uma tarefa que enfrentará orgulhos e interesses nacionais, ou deverá fazer face aos sempre renovados e diferentes jogos de poder; mas importa reclamá-la na consciência da necessidade de uma mais justa disciplina internacional fundada no império do Direito.

Trata-se de uma via urgente, pois a crescente diversidade das sociedades e das suas clivagens económicas, sociais, culturais e religiosas, está a ser acompanhada de inquietantes manchas de tensão, onde os mais pessimistas antevêm sinais

de inevitáveis colisões civilizacionais. Importa assim – e esta tem sido a minha actual tarefa no quadro das Nações Unidas – restabelecer pontes entre as várias comunidades, mobilizar vontades políticas, promover um melhor conhecimento entre os povos e, através de um intenso diálogo intercultural em que as Universidades poderão preencher um lugar de relevo, ousar enfraquecer as crescentes desconfianças, medos e preconceitos que vêm traçando uma inaceitável Carta mundial da intolerância.

A nós europeus, que pela visão de Monnet conseguimos transformar os abalos suicidários da nossa história numa paz assente em inteligentes partilhas de soberania, cabe-nos a tarefa de procurar defender um novo e mais efectivo multilateralismo, instrumento adequado para os desafios políticos e éticos do presente século.

Depois de quase uma década gasta em hesitações e quere-las institucionais, aliás mal compreendidas pelos seus povos a defrontarem problemas concretos de um quotidiano difícil, a União Europeia – dotada agora de alguns novos instrumentos de acção – terá de abandonar, face aos problemas mundiais, a navegação de cabotagem que tem caracterizado os seus últimos anos, e saber assumir o lugar de influência decorrente do seu singular património de valores, de experiências e de sucessos.

Espelho claro das potencialidades de um multilateralismo efectivo e triunfante, abre-se agora um diferente desafio para o projecto europeu, pois com ele – e pela capacidade das suas lideranças – se jogará muito da sua relevância como actor indispensável e determinante neste mundo composto por uma muito incerta ordem internacional.

Habitamos uma idade moldada pelo sistema de comunicação em rede que agora nos serve – e influência muitas das

nossas atitudes – ao comprimir profundamente as dimensões do espaço e do tempo em que vivemos e no qual todos nos tornámos vizinhos.

Reconheço ser esta uma referência que estimarão redundante, pois por todos apreendida no seu quotidiano. Mas recordo-a apenas para insistir serem agora diferentes a nossa responsabilidade individual e as nossas obrigações de cidadania, já que nos está vedado invocar – como tantos fizeram no século passado – o velho álibi do desconhecimento de procedimentos arbitrários e de situações contrárias à nossa humanidade.

Aliás, apesar de alheamentos vários, vai-se formando uma opinião pública transnacional – é certo nem sempre lúcida ou sequer imune a desonestas finalidades – que começa a compreender o seu papel escrutinador face às omissões daqueles a quem cabe decidir, ou mesmo apenas influenciar, o estabelecimento de instrumentos internacionais de entendimento ou o lançamento de iniciativas garantes de uma melhor condição humana.

E isto, porque nunca como hoje terá sido tão evidente, como norma inspiradora e vinculativa de comportamentos, a velha máxima latina, ao advertir-nos de que nada do que é humano nos deverá ser estranho. E, ao dizê-lo, neste momento para mim tão particular, penso em tantos para quem esta Universidade foi *alma mater* e que, pelo exemplo das suas intervenções públicas, ou meramente no anonimato das suas vidas, mostraram ter sabido aprender esse imperativo e, posteriormente, cumpri-lo como grata obrigação.

É tempo de terminar.

MAGNÍFICO REITOR

É meu padrinho nesta cerimónia o Doutor António Avelãs Nunes, que há anos aqui fez, em cerimónia idêntica a esta, o meu elogio enquanto padrinho do senhor Presidente da República de Cabo Verde, Doutor António Mascarenhas Monteiro, e que hoje garante, diante da sua Universidade, ser eu merecedor de que me seja concedido, *honoris causa*, o grau de Doutor em Direito.

Ao Doutor Manuel da Costa Andrade – autor de uma obra que prestigia o Direito português e cujo último livro, sob um título enganador de ressonâncias cinematográficas, constitui notável exercício de inteligência crítica – cabe a tarefa de fazer valer os meus merecimentos perante V. Ex^a e o Claustro dos Doutores aqui reunido.

Confio em que o prestígio do Doutor Avelãs Nunes e os méritos e realizações minhas, que a benevolência e a amizade do Doutor Costa Andrade conseguirem descobrir em meu abono, sejam argumentos bastantes para justificar resposta positiva de V. Ex^a, Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, ao pedido que agora formulo de que me seja concedido o grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra e me sejam impostas as respectivas insígnias doutorais.

Muito obrigado



DOUTOR
MANUEL DA COSTA ANDRADE

(Página deixada propositadamente em branco)

*Elogio Académico do Doutor Jorge Sampaio
proferido pelo Doutor Manuel da Costa Andrade*

MAGNÍFICO CANCELÁRIO REITOR
SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
SENHOR DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO
SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA
SENHOR VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
SENHORES REITORES
SENHOR CAPELÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS
SENHORES DOUTORES, INVESTIGADORES E ASSISTENTES
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
SENHORES ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS
SENHORAS E SENHORES

I

1. Foi o claustro dos Doutores convocado para festejar solenemente a outorga do grau de Doutor *Honoris Causa* que em boa hora os órgãos da Universidade, a começar pela Faculdade de Direito, decidiram atribuir ao Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio. E para fazê-lo no encantamento desta harmonia de sons e cores, atrás das quais assoma a riqueza dos saberes e conhecimentos.

A minha Faculdade, cujas cores quis o Dr. Jorge Sampaio que ornassem as suas insígnias doutorais, incumbiu-me de, nos termos dos Estatutos, proceder ao elogio do Postulante. Tarefa honrosa, mas exigente. Logo, por pressupor um discurso pensado e cerzido *more academico*, no respeito pelos seus códigos de qualidade material e formal. Depois, por se tratar de uma oração feita aqui, sobre o chão sagrado da Sala dos Actos, por onde invariavelmente passam os gestos da nossa vida académica com maior relevo e dignidade científicas. Por ser aqui que, dia após dia, no cortejo interminável dos anos, vão sendo arriscados os passos que sinalizam outros tantos contributos das nossas Escolas para o progresso do saber. Contributos grandes ou pequenos, mas todos a fazer deslocar, alargando-o, o horizonte do conhecimento. Em termos tais que se um dia os mais despeitados inquilinos do Olimpo, frustrados e zangados pelo nosso pecado capital de ladrões impenitentes do fogo, nos quiserem castigar, é aqui que nos devem procurar.

Por isso, a exigência e a responsabilidade de estar aqui, sob a máscara de corifeu do claustro. Para, num exercício de reflexão em voz alta, actualizar a consciência individual e colectiva da justiça do acto que nos aprestamos a celebrar.

Só que, se há momentos de sorte, este é seguramente um deles. É que, afinal, me coube em sorte a mais fácil das tarefas a que pode aspirar quem é chamado a fazer este discurso. Porque sou convidado a sustentar uma tese que tem por si o brilho da evidência. Mais do que mobilizar argumentos de autoridade ou de razão, mais do que explorar a fecundidade heurística de construções teóricas, o que importa é, antes referenciar, sinalizar e ler os sinais, atrás dos quais se mostra aquela evidência. A evidência de que a oferta do cetim com a cor de Direito corresponde, aqui e agora, a um imperativo de Justiça.

II

2. Se alguma dificuldade sobra, é apenas a dificuldade de escolha do azimute e do caminho a fazer. Ou, na linguagem da subcultura académica, a superação de uma primeira aporia de cariz metodológico-categorial. Trata-se fundamentalmente de, à partida, precisar que espécie de Doutoramento *Honoris Causa* cabe aqui discutir e festejar. Isto sabendo-se que ao longo da sua história a Universidade, e em particular a nossa Faculdade, têm privilegiado duas vias ou princípios de atribuição do Doutoramento por razões de honra.

a) Nuns casos, oferecendo louros àqueles que sob outros céus e no silício de outras tebaidas votam os trabalhos e os dias à procura do conhecimento. Então, o Doutoramento *Honoris Causa* mais não significa do que um alongamento dos braços para o abraço da fraternidade académica. Na direcção de irmãos que, por sobre distâncias que não separam, e reduzindo à transparência a opacidade do legado de Babel, falam a mesma linguagem, obedecem à mesma gramática científica e sacrificam nos mesmos altares. E lutam pelos mesmos valores e direitos. Direitos de ontem, de hoje e de amanhã, emergentes e decantados à medida das transformações do mundo e da vida. E progressivamente convertidos em estrelas maiores da ordenação constitucional. Inscritas em constelações polarizadas em torno dos direitos de sempre, de todos os céus e de todas as terras: a imponderável *dignidade* da pessoa — de toda a pessoa — impossível de instrumentalizar ou funcionalizar; a insindicável *liberdade*, a irradiar e multiplicar-se em liberdades; a improgramável *autonomia* individual; a irredutível solicitude pelo outro em que se actualiza a *solidariedade* de pessoas que,

sendo indivíduos — e como tais “reservas de solidão perante as totalidades sistêmicas” no poderoso sublinhado de Miguel Baptista Pereira — não são ilhas, nem mónadas. Sob pena de não serem.

b) Noutros casos, o Doutoramento *Honoris Causa* rende tributo a realizações e a formas de vida de personalidades que, correndo fora dos muros da instituição universitária e honrando códigos diferentes, o fazem com iguais marcas de excelência. E que, sem o arrimo da instituição académica, mas libertos do lastro dos seus cânones, riscam trajectórias só ao alcance daqueles a quem os deuses confiaram força interior e talentos únicos. E, por vias disso, integram o número restrito dos protagonistas das grandes realizações. E, permanentemente debruçados sobre a fronteira do futuro, perscrutam e provocam as mudanças que, em revolução ou reforma, determinam a marcha e o ritmo da História. Podem ser filósofos, pensadores, artistas, inventores. Podem ser industriais ou sindicalistas. Podem ser poetas. E, aqui com particular pertinência, podem também ser aqueles que, por escolha ou por destino, doaram a vida à gestão da causa pública. E fazem política, na sua expressão mais decantada e arquetípica, essa combinação mágica de ciência, técnica e arte, aureolada de entrega e generosidade. E fazem nações e ensaiam concertos universais das nações. E fazem as cidades, as casas e a vida dos outros.

3. Esta compreensão dualista do Doutoramento *Honoris Causa* assume, só por si, uma eminente carga simbólica, como afloramento de lucidez e sabedoria da Universidade. É que, bem vistas as coisas, as diferenças que as aparências, as primeiras mostrações fenomenológicas das coisas, parecem impor, essas diferenças acabam por se esbater ao nível das causas últimas. E é assim porquanto, se calhar, as diferenças

têm fundamentalmente a ver com o sentido em que se corre a mesma maratona. Uns começam a jornada na Universidade, donde saem, vai já alto o sol, para o mundo da vida, a que oferecem as luzes e os saberes de que são portadores. Outros, inversamente, começam logo de madrugada a arrotear os campos e a correr de encontro ao vento. Colhendo, interiorizando e sistematizando as lições da Universidade da vida, que só mais tarde conhecem a validação dogmática da academia.

Uns seguirão Platão, mergulhando na caverna, à procura de ideias puras sobre o ser, o mundo, o homem e a República, oferecendo-se para reger a República a partir do sonho da caverna. Outros, inversamente, seguirão o guião de vultos como Cícero. Como ele consumindo as horas e os dias entre polémicas e controvérsias, entre lutas de togas e de armas, no foro, no senado ou nos campos de batalha, soldado entre soldados. Entre os lugares cimeiros da governação e do poder, e a descida aos infernos da proscricção. De manhã, inebriado pelo triunfo e pela glória; à tarde, vergado ao peso do opróbrio e da tragédia. Aparentemente sem tempo para parar, amadurecer e arrumar uma ideia, levar ao fim um pensamento. Apesar disso, sempre com o tempo interior para ver e ouvir os sinais das coisas, colher as lições da experiência e enquadrá-las filosoficamente. E para teorizar sobre a república, legando, em réplica à República do filósofo de Atenas, o seu *De Republica*. Só que agora um tratado ancorado e legitimado não em apriorísticas ideias puras, mas em ideias recolhidas nos lugares onde em definitivo passam as pessoas e a vida e, a partir daí, laboriosamente lapidadas. Significativo que, logo no início do diálogo, os interlocutores de Cícero se tenham preparado para uma reflexão filosófica sobre uma controvérsia da cosmogonia tradicional de cariz académico: a existência ou não de dois sóis. Um propósito que, em boa

hora, foi atalhado pelo velho e sábio Lélío, que objectou: “acaso já explorámos o que diz respeito às nossas casas e ao Estado, para estarmos a investigar o que se passa no céu?”

Nada mais óbvio do que a intransponível distância que separa Platão e Cícero. Mas ao mesmo tempo, nada mais apressado do que acreditar que a presença de um não deixa lugar para o outro na casa de Minerva. E nada mais arriscado do que apostar, do ponto de vista da legitimação cultural, no primado de um dos lados. Pela mesma razão de que não é seguro que a humanidade, a cultura, e mesmo a ciência, tenham ficado a dever mais à ontologia que os gregos cultivavam desde os pré-socráticos e à filosofia dos números de Pitágoras, do que ao humanismo crítico dos sofistas e à “relatividade” de Protágoras, a proclamar o “homem medida de todas as coisas”.

O mesmo podendo asseverar-se, revertendo ao ponto de partida, a propósito das relações entre um Doutorado *honoris causa* em nome da excelência numa carreira política ou, antes, em tributo aos créditos numa obra de cunho universitário. Também agora, nada menos problemático do que estabelecer relações de hierarquia do ponto de vista da dignidade e da legitimidade.

III

4. É aqui que radica a aporia da escolha inicial. Por ser manifesto que a personalidade e o *curriculum* do Dr. Jorge Sampaio asseguram cabal satisfação ao sentido e às exigências de qualquer dos dois modelos arquetípicos de Doutorado *honoris causa*.

Poderia — e será isso que responderá às expectativas mais directas e imediatas do claustro — sustentar o discurso e a argumentação na carreira política do Postulante. Marcada tanto pela intensidade e sucesso como, sobretudo, pelo selo da excelência. Nela abundando, por isso, os créditos em geral reclamados pela Universidade para doutorar *honoris causa* um político.

O político Jorge Sampaio esteve em todos os lugares por onde, no seu tempo, passou a História. E travou todos os combates para que foi desafiado. Desde o tempo em que, num país sequestrado pelas sombras e as amarras da ditadura e contra elas revoltado, se entregou ao sonho de uma alternativa de liberdade e de luz e por ela abnegada mas eficazmente se bateu. Fê-lo desde o princípio, desde os anos generosos de estudante, protagonista entre os protagonistas que, desde 1961, lideraram a contestação cujas ondas de choque levariam directamente a Abril. Fê-lo depois na idade em que a suposta prudência da maturidade levou muitos à resignação, se não mesmo à fuga, integrando em 1969 a candidatura das listas que de forma mais cortante contestaram o regime, a sua construção social da realidade, o credo dos seus dogmas e a constelação axiológica da sua legitimação. Nada, por isso, mais natural do que, logo em 1974, o Dr. Jorge Sampaio ter chegado às Nações Unidas como o rosto que representava e apresentava à Organização e ao mundo as credenciais democráticas de Portugal dos cravos. Democracia e flores em nome de cujo perfume e em irrepreensível coerência, correu de novo para as trincheiras quando foi necessário montar sentinela pela integridade dos valores de Abril.

No quadro do novo regime e numa cadência acelerada de eventos, foi desempenhando funções, prestando serviços,

ganhando experiência, exercendo pedagogia, tomando posições, liderando movimentos, desencadeando, estimulando e patrocinando iniciativas. Foi assim na veste de membro do Governo, como Deputado, Presidente da Câmara de Lisboa, Conselheiro de Estado, Presidente da República, intérprete e mediador privilegiado dos valores e das políticas das Nações Unidas, particularmente na veste de Alto Representante para a Aliança das Civilizações. E, pelo caminho, defendeu presos políticos, foi dirigente da Ordem dos Advogados, membro da Comissão Europeia dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, fundou e foi dirigente de associações políticas e de partido.

5. Na impossibilidade de visitar sequer *per summa capita* os eventos, as ideias e as causas de maior peso numa tão extensa e intensa vida política, tomarei dois instantes para outros tantos sublinhados de apreciação global.

a) Uma primeira nota para pôr em evidência um tópico, decisivo no presente contexto: a já por mais de uma vez referenciada excelência. Pela unívoca legitimação democrática decorrente do voto que os eleitores sempre lhe confiaram em sufrágios avassaladoramente majoritários. Pela eminência dos valores e das causas que deram vida ao magistério do seu pensamento e acção: democracia, Estado de Direito, direitos fundamentais, igualdade, solidariedade, cultura, língua portuguesa, educação, ciência, desenvolvimento. Também pelo empenhamento e entrega com que celebra os seus deuses e o respeito sem quebras com que sempre se curvou perante os deuses dos outros, numa postura de contenção e ascese, que vai muito para além da simples tolerância e só ao alcance de poucos. E pela integridade ética, em definitivo o santo e a senha de uma carreira política. Assegurando expressão paradigmática

àquele arquétipo de político reivindicado, vai para mais de vinte séculos, mas ainda com flagrante actualidade, pelo político, jurista e filósofo romano, já convocado no contexto desta oração. Propondo nomeadamente, “que nunca renuncie a instruir-se ... e que, pelo esplendor da sua alma e da sua vida, se apresente como espelho para os seus concidadãos” (*De Republica*, 2, 69). Nesta linha, reclamava ainda o autor do *De Republica*: que “não imponha ao povo leis a que ele próprio não obedeça, antes exponha a sua vida perante os cidadãos como uma lei” (*Ibid.* 1.52).

Para além disso, o Postulante de hoje enquadrou sistematicamente a acção política em aturada reflexão teórica e doutrinal. Enriquecida pelo gosto compulsivo pela leitura e pelo diálogo com os cultores dos diferentes saberes. Uma peregrinação espiritual que vai deixando atrás de si um acervo bibliográfico dificilmente abarcável. E que, nesta vertente de reflexão e teorização debruçada sobre as coisas da política, se desdobra pelos milhares de páginas de livros como *A Festa de um Sonho* (1991), *Um Olhar sobre Portugal* (1995), *Quero Dizer-vos* (2000), *Com os Portugueses. Dez Anos na Presidência da República* (2005), e o dez volumes de *Portugueses*. E se prolonga no incontável número de textos oferecidos em publicações periódicas como: *Seara Nova*, *O Tempo e o Modo*, *República*, *Jornal Novo*, *Opção*, *Expresso*, *O Jornal*, *Diário de Notícias* e *Público*.

b) Um segundo apontamento para mencionar o universalismo, outra das categorias transcendentais da acção política do Dr. Jorge Sampaio e da reflexão que lhe empresta esteio doutrinal. Que, a partir da cidade, se projectam sobre o país, depois sobre espaços trans-estaduais como a construção europeia, ou o concerto dos povos da lusofonia. E, por último, sobre todos os

povos de um planeta globalizado. É uma dimensão que cedo começa a desvelar-se e a revelar-se. Em que desabrochou a semente dos tempos da infância, em que o Dr. Jorge Sampaio distribuiu parte dos seus dias de crescimento pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Por coincidência, um dos berços da democracia moderna e a sua mais lograda concretização histórica. E logo aí foi, de forma subtil mas irreversível, aprendendo que não podia continuar a encarar-se como definitiva e aproblemática a organização do mundo e da sociedade então vigente em Portugal. Onde era noite, mas... *Felizmente, havia luar.*

Este apelo do universalismo espelha-se no peso que ocupam no pensamento e na acção de Jorge Sampaio referentes como: direitos humanos, multilateralismo, cooperação, coesão e solidariedade entre os povos face aos novos desafios globais da sociedade do risco, diálogo e concertação, como forma de superação de diferendos. Não se estranhando, por isso, que não seja fácil identificar lugar onde não haja marcas da passagem do Dr. Jorge Sampaio ou a que não tenham chegado os ecos da sua palavra ou as irradiações da sua acção. Com pegadas mais fundas deixadas em lugares como Timor ou Macau. E em todos os lugares e povos batidos pelas mais brutais e absurdas tragédias, injustiças e pandemias. Com destaque para a SIDA essa “perfeição diabólica”, na amarga denúncia de uma das suas vítimas, o poeta cubano Reinaldo Areñas.

IV

6. Podia ficar por aqui, descansado sobre a evidência dos sinais colhidos na biografia e na bibliografia políticas do

Dr. Jorge Sampaio. Sem prejuízo, proponho-me ainda apontar o outro lado da lua, isto é, a biografia e a bibliografia do jurista que é Jorge Sampaio. Tanto ao nível do seu laborioso e intenso quotidiano de aplicação das leis e de luta pelo Direito, como ao nível mais exigente da reflexão sobre o Direito e da construção de alternativas, a partir dos axiomas e corolários matriciais da Justiça e do Direito. Um exercício que desemboca na mesma e já antecipada conclusão: também aqui o Doutoramento *honoris causa* surge como um tributo merecido à acção e ao pensamento do Dr. Jorge Sampaio. Isto é, à dimensão “académica”, que é possível desvelar, sob as aparências enganadoras de um percurso *prima facie* atípico.

Resumidamente, na hora duma apreciação global e descomprometida, sobra a certeza de que, em muitos domínios do Direito, o Dr. Jorge Sampaio deixa contributos e desafios que não é possível desatender. O que vale também para os cultores da ciência jurídica, mesmo para aqueles que persistem mais apegados aos modelos clássicos de elaboração académica. Uma conclusão que, já o vimos, em nada é posta em causa pela circunstância de, só ao entardecer da jornada que votou às coisas do Direito, o Dr. Jorge Sampaio trazer ao altar de Minerva as flores e os frutos da sua safra. Além do mais porquanto, e como lembra o filósofo, é ao entardecer que o mocho de Minerva levanta voo.

O Dr. Jorge Sampaio é, *primo conspectu*, um homem de leis. Começou a conhecer e aprendeu a ler leis, era ainda jovem estudante, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Depois, ganhou o pão a interpretar leis e aplicá-las aos casos segregados pela vida, exercendo com paixão e brilho a profissão de Advogado. Cedo também conheceu o desencanto

e a irritação das dissonâncias, tão frequentes como profundas, entre as palavras e os comandos das leis e as reivindicações do Direito e da Justiça. Já como Deputado, fez leis. E, ao fazê-las, deu-se conta da plasticidade e da relativa contingência das leis, ou melhor, das soluções por elas consagradas. O que induz a busca de instâncias e critérios de validade e legitimação. Que estão para além das leis. Um caminho em que o Dr. Jorge Sampaio insistentemente se empenhou. A demonstrar que, para além de homem de leis, ele é também e sobretudo um homem da Justiça, do Direito e dos direitos. Uma dimensão que ganharia particular peso e visibilidade quando, já Presidente da República, promulgou leis. E o fez com intencionalidade crítica e vigilância pela salvaguarda dos valores da Justiça e do Direito. Para o que terá outrossim contribuído a presença na Comissão Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa, que o obrigou a olhar o ordenamento jurídico pátrio à luz de outras luzes e, sobretudo, à transparência da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

E é fiel a esta grelha metodológica e desperto para o sentido do Direito e os imperativos da Justiça, que o Dr. Jorge Sampaio vem deixando assinalada a sua passagem sobre múltiplos domínios do Direito constitucional e ordinário. Com destaque para áreas como o processo penal ou o Direito do sistema político do Estado e dos seus subsistemas de funções e de titulares. E, sobretudo, os novos e grandes problemas que as mais recentes transformações do mundo e da vida, desencadeadas pelos desenvolvimentos técnico-científicos, trouxeram consigo: os problemas do ambiente, da relação entre gerações e da responsabilidade face às gerações futuras cujo destino não podemos deixar armadilhado de servidões,

os problemas da bioética face às *new frontiers* da genética, do encarniçamento terapêutico, do prolongamento da vida para além da dignidade e da autonomia. Tudo problemas que estão na primeira linha de preocupações do Dr. Jorge Sampaio. Que os enfrenta e equaciona de acordo com os cânones da mais exigente reflexão universitária: adoptando os mesmos pontos de partida, os mesmos referentes culturais e axiológicos, as mesmas categorias, a mesma postura de abertura antidogmática. Curando acima de tudo de indagar se, a partir da intangível e matricial dignidade humana, é possível referenciar momentos de imponderabilidade e indisponibilidade. E, como tais, impostos aos avanços da ciência e sobretudo da técnica.

Convoco, a título de ilustração, a conferência há bem pouco tempo (16 de Abril de 2009) proferida na nossa Faculdade, sob o título *Alfa e Ómega, a Vida e a Morte e os Mitos do Eterno Retorno. Uma Perspectiva da Aliança das Civilizações*. Teve lugar no contexto de um colóquio em que qualificados juristas e médicos alemães, espanhóis e portugueses se reuniram para discutir o tema: *As Novas Questões em Torno da Vida e da Morte em Direito Penal. Uma Perspectiva Integrada*. Foi uma lição superior, a todos os títulos. A revelar um profundo e actualizado conhecimento dos problemas e do estado da arte. E também pela riqueza cultural do discurso. Onde não falta sequer, como grande moldura de enquadramento histórico-cultural, a memória das mais estrepitosas rupturas epistemológicas e científicas. Como a ruptura cosmológica de Copérnico, a ruptura antropológica de Darwin ou a ruptura psicológica de Freud. Em definitivo, uma conferência face à qual dificilmente pode um académico incorrigível resistir à tentação

de a assimilar àquela lição-síntese, com que, nesta mesma sala, se enfrentam e vencem provas como a agregação.

7. Se não sobram dúvidas quanto à justiça do Doutorado *honoris causa* do Dr. Jorge Sampaio, nada outrossim mais indicado que tal aconteça aqui, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Não se tendo licenciado entre nós, bem poderá dizer-se que foi entre nós que frequentou o mestrado, ou pelo menos um dos seus mestrados. Fê-lo no contacto directo, intenso e recorrente que manteve com os mais insignes dos nossos Mestres — como Ferrer Correia, Eduardo Correia, Orlando de Carvalho, Figueiredo Dias — a quem privilegiadamente solicitava a colaboração como jurisconsultos. A quem apresentava os casos; e com quem discutia o Direito, em patamares particularmente elevados e exigentes, os únicos em que aqueles vultos da ciência jurídica sabiam fazê-lo. Também aqui foi professor, nas múltiplas e magníficas lições que prodigalizou, com a qualidade que já tive oportunidade de sublinhar. E tem publicado escritos, enriquecendo as nossas séries editoriais e as nossas revistas, com destaque para o *Boletim da Faculdade de Direito*.

E, não menos importante nem menos significativo para nós, tem assegurado presença nas mais marcantes efemérides da nossa Escola, como instituição e como família. Festejou conosco a inauguração do auditório, a última grande mudança no corpo físico da nossa casa. E ficará — já está — indelevelmente associado à nova biblioteca, de cuja inauguração mal vemos o dia, para começar a conquistar o futuro. Na certeza de que, quando, mais tarde, muitos dias depois dos nossos dias, os investigadores, os estudantes e os leitores que ultrapassarem

os seus umbrais, continuarão invariavelmente a encontrar-se com a presença viva do Dr. Jorge Sampaio. Cujo nome continuarão a ler na lombada das publicações de um Mestre entre mestres, alinhados nas estantes. E cujo espírito encontrarão perpetuado nas pedras das paredes, muitas delas talhadas e cinzeladas pela sua própria mão.

V

8. Este discurso não é, felizmente, um poema. Se o fosse teria de terminar com o verso de Manuel Bandeira, “sou um poeta menor, perdoai”. Mas se fosse um poema, e mais precisamente um soneto, ele fecharia seguramente com chave de ouro. Ao lembrar que as credenciais do Dr. Jorge Sampaio têm como padrinho e garante o Doutor António José Avelãs Nunes.

No desenho da cerimónia caberá à voz timbrada e à palavra subtil e elegante do meu colega Doutor Rui Marcos tecer o seu elogio. Por mim, sempre me permitirei sublinhar que a presença do Doutor Avelãs Nunes nesta veste faz subir exponencialmente o peso e o fulgor das razões que nos levaram a celebrar, em sentimento de justiça e de júbilo, a chamada do Dr. Jorge Sampaio aos cadeirais dos Doutores.

Recordo que o Doutor Avelãs Nunes era, ainda ontem, o membro da nossa Faculdade a exercer funções de maior responsabilidade institucional no seio da Universidade. É certo que aqui o que verdadeiramente conta é o Doutor e o Professor. Neste plano sobreleva o teorizador brilhante, sempre na busca e sustentação de construções alternativas, a desafiar e a desassossegar modelos teóricos mesmo os mais credenciados

e aparentemente mais ancorados na estabilidade das estrelas. O investigador, cujos trabalhos lhe granjearam merecido respeito e prestígio, tanto entre nós como no estrangeiro, particularmente no Brasil, onde conta discípulos, admiradores e amigos em quase todas as suas Universidades. Uma poderosa corrente de intercâmbio académico, de fraternidade e de afecto. Que acaba de conhecer uma expressão única no *Liber Amicorum*. *Homenagem ao Professor Doutor António José Avelãs Nunes*, uma obra notável pela dimensão e pela qualidade. Que, num gesto sem precedentes, um escol de mais de cinquenta universitários de todo o Brasil acabam de pôr de pé.

O jurista que trabalha o Direito não tanto como instância de sustentação e legitimação do dado, mas como *forum* de reivindicação do que deve ser. Recordo também o Professor empenhado e generoso; a eficácia pedagógica e a capacidade para desafiar e estimular os estudantes, qualidades que testemunho em primeira mão, recuperando do fundo da memória e da gratidão as magníficas e estimulantes aulas da cadeira de “Moeda” que o meu curso frequentou, vão já decorridos tantos anos.

Acima de tudo e como suporte de tudo isso, recordo o Homem que o Doutor Avelãs Nunes é: Homem de causas e de convicções, nunca regateadas, negociadas, menos ainda escondidas debaixo do alqueire. O que nunca o impediu de, num notável exercício de serena e reflectida contenção, ser o Universitário que é: que não avalia nem classifica segundo critérios outros que não os do mérito; que não privilegia ou discrimina segundo códigos estranhos aos valores universitários; e no espaço universitário não distribui consideração nem tributa homenagem por razões exógenas à Universidade e aos seus axiomas éticos.

9. Magnífico Reitor!

Não foi meu intento demonstrar nem provar o que, por ser evidente, não carece de demonstração nem de prova. O meu propósito foi apenas reavivar a consciência da justiça do gesto que viemos praticar. E, na medida em que minimamente logrei fazê-lo, deixar passar o sentimento de júbilo com que recebemos entre nós quem há muito nos adoptou como seus.

Porque, apesar de tudo, hão-de cumprir-se os ritos, solicito, Magnífico Reitor, que entregueis ao Dr. Jorge Sampaio as insígnias de Doutor *honoris causa* pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



DOUTOR
AVELÃS NUNES



DOUTOR

RUI MANUEL DE FIGUEIREDO MARCOS

(Página deixada propositadamente em branco)

*Elogio Académico do Doutor Avelãs Nunes
proferido pelo Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marcos*

SENHOR REITOR
SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE
SENHOR DIRECTOR DA FACULDADE DE DIREITO
SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
SENHOR MINISTRO DA JUSTIÇA
SENHOR VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SENHOR PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA
SENHORES EMBAIXADORES
SENHORES REITORES
SENHORES DOUTORES
SENHORES PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE COIMBRA,
DA FIGUEIRA DA FOZ, DA GUARDA E DE GUIMARÃES
SENHORES GOVERNADORES CIVIS
SENHOR CAPELÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
SENHOR PRESIDENTE DA DIRECÇÃO GERAL DA ASSOCIAÇÃO
ACADÉMICA DE COIMBRA
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E ECLESIÁSTICAS
SENHORES ESTUDANTES
SENHORES FUNCIONÁRIOS
SENHORAS E SENHORES

Semel dictum, semper dictum. As cerimónias nas velhas Universidades são como vitrais pintados. Se olharmos da praça para a Igreja, tudo é escuro e sombrio. Mas, se nos consentirem a entrada, tudo é claro e colorido. De súbito,

brilham histórias e ornatos. Sente-se a graça do instante. Erguem-se presságios benévolos num enorme clamor de nobreza. Edificai-vos, regalai os olhos, parece dizer a velha Universidade, como se fosse uma flor animada. E, no mais duro peito, uma ânsia se agita.

A hora do sublime não soa nos pequenos relógios deste mundo. O tempo está condenado a pedir de empréstimo a cor, o perfume e a forma do instrumento que o determina. É assim que o vulgar minuto, marcado nos pequenos relógios, não exhibe o mesmo esplendor do minuto solene, preguiçosamente distendido pelo grande ponteiro do relógio da Torre da Universidade de Coimbra. Não se devia consentir que a medida das horas sombrias fosse a mesma das horas sublimes.

Compreende-se, e de que maneira a compreendemos, uma antiga inscrição descoberta nos arredores de Veneza que proclamava: “eu só conto as horas serenas”. Uma existência que prometia compôr-se apenas de recortes amáveis e amenos, assinalados pelo senhorio absoluto de um relógio íntimo.

As instituições guardam também os seus relógios preciosos que não marcam as horas indiferentes e as horas mortas. No fundo, aquelas que nunca passarão duas vezes diante dos nossos olhos fechados e que a história não inscreverá nos seus rútilos registos.

Há horas com berço. A que passa é seguramente uma dessas privilegiadas. Tomados de irreprimível generosidade, os que, de perto ou de longe, acudiram a este Acto, distinguindo Apresentado e Apresentante com a sua presença, não deixarão de recolher a hora tão serena quanto sublime num cofre transparente feito da própria luz infrene que a doce cerimónia de hoje irradia.

A minha querida Faculdade colocou-me em palco na circunstância festiva de teor honorífico que consagra o Dr. Jorge Sampaio. É de preceito entretecer uma oração breve e proferi-la *elegantemente*. Não sucumbirei à tentação de enfastiar a paciência de Vossas Excelências, derramando palavras destinadas à clássica *captatio benevolentiae*. Ainda que a pressentisse no seio do distinto Auditório perante o qual me encontro, as paredes desta Sala fariam sempre escorrer sobre mim a sua implacável majestade crítica.

Reclamariam a sorte que Cícero desejava a um orador: que, ao saber-se que vai falar, os assentos sejam ocupados com antecedência, a sala se encha, a multidão estreitamente comprimida e o presidente vivam momentos de ansiosa expectativa. Que, na altura do orador se erguer para falar, parta da própria multidão o sinal de silêncio. Era esta uma vistosa vaidade de Cícero que Petrarca justamente lhe assinalou.

Que bom seria, para a cadência melódica da minha pobre arenga, se pudesse socorrer-me agora do expediente do celebrado orador romano Graco, que costumava trazer consigo um homem hábil com uma flauta de marfim. Este recebera a missão de, quando Graco falava, permanecer oculto atrás dele e tocar a flauta, por cujo som o orador regulava o da sua voz, elevando-a se começava a estar debilitada e baixando-a se atingira uma excessiva tensão.

Não oculto que, ao menos, pretendo esconjurar a figura daquele cavaleiro retratado numa novela de Boccaccio, que, ao convidar uma dama para um passeio a cavalo, prometeu

levá-la numa das mais belas histórias do mundo. Só que a narrativa, de si cativante, ficou irremediavelmente estragada pelas falências rítmicas, pelos sucessivos enganos e pelo entorpecimento das palavras. À Senhora, ouvindo, vinham, com frequência, suores frios e um propício desfalecimento do coração permitiu-lhe dizer: “Senhor, este cavalo tem assaz mau trote, pelo que vos peço que vos praza deixar-me ir a pé”. Com ou sem oscilações harmoniosas, intentarei, à imagem do sábio alvitre de D. Duarte, manter em razoado tempo bem disposto quem me ouve.

SENHORAS E SENHORES

Cabe, fora de dúvida, na categoria dos genuínos universitários, o ilustre Mestre da Faculdade de Direito de Coimbra, Doutor António José Avelãs Nunes, que tenho o *beneficium* de louvar. Avelãs Nunes enverga a veste ímpar de Apresentante do Senhor Dr. Jorge Sampaio. Ambos, Apresentante e Apresentado, concitaram respeito e admiração, entrelaçando as palmas de Minerva com os louros de Marte. Primaram nas Letras e combateram por Causas. Essencialmente, as da liberdade e da democracia.

Da exuberância dos méritos que confluem na personalidade do Dr. Jorge Sampaio falou, com invulgar brilho, ou não fosse ele um dos grandes oradores da Universidade de Coimbra, o meu Colega e Amigo, Doutor Manuel da Costa Andrade. Já o meu olhar está destinado a pousar na figura multifacetada do Doutor António José Avelãs Nunes.

Quem se vê na condição de elogiado encontra-se à mercê de todos os embaraços. Avelãs Nunes bem o sabe. Mas eu bem

sei também que os encómios não perturbam a sua paz íntima, porque nunca o comoveram. Muito menos o influenciaram.

Ajuizar de um homem implica seguir-lhe o rasto, longa e cuidadosamente. Porventura até às suas últimas raízes. Ora, Avelãs Nunes estima as suas raízes. Mostra-se deveras tocante o jeito carinhoso como subtilmente colocou sob a benção da Senhora sua Mãe a publicação do recente livro *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas*. Homenagem que simboliza uma admirável *devotio* àqueles que, acompanhando-o na travessia da vida, estão impressos na sua lembrança e guardados no seu coração. No fundo, *ces gens qui comptent pour nous et pour qui nous comptons*, nas palavras tão pensadas e tão certas de Paul Ricoeur.

Avelãs Nunes respirou e absorveu a atmosfera cultural da efervescente e vibrante Coimbra dos anos sessenta do século xx. Enquanto estudante, exerceu, inclusive, o cargo de Director da *Via Latina*. Corria então o ano académico de 1961-1962. É no período irrequieto da juventude que naturalmente se entretetece uma certa *forma mentis*. Não raro, marca de tal modo o espírito humano que mais parece uma tintura viva que não sai sem levar consigo o todo.

SENHORAS E SENHORES

Ao longo de meio século, Avelãs Nunes privou com algumas das gerações de Mestres que inscreveram os seus nomes nos registos imperecíveis da história da Faculdade de Direito de Coimbra. Representaria um deslocado cometimento celebrá-los

agora. Aliás, a sua *perpetuatio memoriae* não sofrerá o mínimo abalo. Uma das vantagens inigualáveis da imortalidade é precisamente a de poder esperar.

Um desses Mestres, porém, espreita esta cerimônia. Um homem que decidiu não viver, mas saber. Refiro-me ao Doutor Teixeira Ribeiro, figura respeitada nas suas diversas encarnações de Professor insigne, de Membro da Academia das Ciências de Lisboa, de arquitecto de uma marcante Reforma Fiscal do século xx, de Reitor da Universidade de Coimbra e de Vice-Primeiro Ministro.

Aquele de quem Avelãs Nunes se tornou discípulo. Aquele que nunca lhe faltou com apoio e sempre lhe reconheceu independência e frontalidade. De feição que, sem renegar heranças, mas sem obscurecer divergências, Avelãs Nunes construiu o seu prestígio científico e cultural, a autonomia do seu pensamento, pela investigação e reflexão próprias. Da simples contemplação de Teixeira Ribeiro colheu Avelãs Nunes o inestimável benefício do exemplo. E, como lucidamente sentenciou Carlyle, *great men are a profitable company*.

Ao contrário do que apregoam algumas sereias da novidade, a carreira académica nunca corresponderá a um riscar meteórico. A meu juízo, um professor nasce muito e faz-se muito. O homem de ciência verga-se ao peso da tremenda certeza de que o seu estudo honesto apenas servirá para lhe tornar mais distantes os homens, os céus e as estrelas. Quantas e quantas vezes, as tormentas da imaginação tocadas pelos ventos das solicitações fáceis o não fazem estremecer e vacilar. Quantas e quantas vezes, se sente, no meio das suas investigações, como a formiga de Maurício Maeterlinck que, “conhecendo apenas os atalhos estreitos, os buracos mínimos, as vizinhanças e os

horizontes do seu formigueiro, se encontra de súbito sobre um bocadinho de palha no meio do Atlântico”.

De modo convicto, tomou sobre si Avelãs Nunes a divisa clássica, tão do agrado de Erasmo de Roterdão, *Festina lente*, apressa-te lentamente, que aparece retratada em frontispícios de livros pertencentes ao humanismo italiano. Avelãs Nunes aprendeu a esquecer-se, ao longo de anos, que, em Coimbra, Agosto é ainda Agosto. Lia sem fim, perdido de si próprio e dos seus. Atingiu o cume da colina académica em 1995, depois de ter vencido os sucessivos degraus da árdua carreira universitária. Uma das mais avaliadas que existem no firmamento profissional português. O magistério exemplar e proficiente de Avelãs Nunes elegeu como alvo natural o espectro das cadeiras de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra.

SENHORAS E SENHORES

O Direito de Exclusão de Sócios nas Sociedades Comerciais constituiu o trabalho, aliás premiado, que lançou e acreditou Avelãs Nunes como um investigador seguro no domínio jurídico. Todavia, o jovem autor deu um pontapé num saco recheado de moedas quando abandonou os estudos de Direito das sociedades.

Avelãs Nunes é mesmo assim. Não se deixa entusiasmar pelos regalos da vida. Nem castelo, nem carruagem, nem comenda o deslumbram. As frivolidades de salão e os adornos da ignorância aborrecem-no. Nele não fermenta a túmida vaidade.

Com inquebrantável empenho, deslocou-se para a economia política, cujo mármore frio poliu e cinzelou, Primavera atrás de Primavera. Não é uma disciplina poética que aqueça corações. Mas encerra o dom precioso, como sublinhou Teixeira Ribeiro, de versar “as escolhas que se traduzem em troca de bens ou as afectam”. E, sem bens disponíveis para satisfazer as nossas necessidades, não vivemos.

Logo que aborda a noção e o objecto da economia política, Avelãs Nunes faz estalar o confronto entre duas perspectivas metodológicas bem nítidas: a clássica-marxista e a subjectivista-marginalista. Direi, chamando em meu socorro as palavras de Teixeira Ribeiro, que “o essencial do pensamento de Avelãs Nunes consiste, pois, no seguinte: a ciência económica é uma ciência normativa, mas isso não obsta a que a economia obedeça, como deve, à disciplina científica”.

Só que Avelãs Nunes recusa a tentação cientista e o fascínio irreticente pelos modelos matemáticos sufocadores da realidade. Não consente a assepsia da ciência económica e menos tolera o império de uma absoluta *Wertfreiheit*. Até a neutralidade respira ideologia. De uma coerência tão irrefragável quanto inabalável, o Doutor Avelãs Nunes nunca se cansou de afirmar que a ciência económica é uma ciência política. E comprometida com valores. Um bastião inegociável do seu pensamento.

As concepções de Avelãs Nunes pedem um certo modelo de economista. Um autêntico *iudex perfectus* da economia. Sintetizá-lo-ia na velha máxima de Terêncio: “nada do que é humano me é alheio”.

A rare combination of gifts é o que também deve possuir o *master-economist* segundo Keynes. Ele tem de envergar, de algum modo, as vestes de matemático, historiador, homem

de Estado e filósofo. No fundo, de acordo com os exigentes parâmetros Keynesianos, *no part of man's nature or his institutions must lie entirely outside his regard.*

O Mestre de Coimbra subscreve tal paradigma. Com efeito, só ele permitirá perceber uma economia política que coloca no seu centro não o *homo oeconomicus* em versão simplificada, mas o homem verdadeiro. Tantas vezes, o homem de sorriso magoado, saído do verso de Os *Simples* de Guerra Junqueiro, em que o pobre, cheio de pranto e de meiga indignação, desabafa:

“Só tu, estrela, me conheces,
Em minha dor, minha aflição!
Só tu não dormes, não esqueces...
Só tu ouviste as minhas preces...
Bendita, estrela, o teu clarão!”

Muito novo, envolveu-se, sem temores, num debate com o então Prémio Nobel da Economia, o prestigiado Professor Jan Tinbergen. A divergência matricial assentava na recusa de Avelãs Nunes em aceitar a teoria da convergência dos sistemas. Aproximações recíprocas entre o capitalismo e o socialismo implicavam morigerar a alternativa socialista ao capitalismo. Daí que Avelãs Nunes tenha conduzido uma operação de resgate, assumindo a prova de limpeza de sangue do socialismo.

SENHORAS E SENHORES

Cada professor transmite algo de si próprio à obra que constrói. E Avelãs Nunes transmitiu muito. Do mesmo modo

que no autor radica a origem do livro, também o livro dá origem ao autor. Nenhum é sem o outro.

Em estudos de grande sensibilidade social e de enorme relevância político-jurídica, o agudo escalpelo de Avelãs Nunes fez-se sentir. A rematar uma conferência que proferiu sobre *A Garantia das Nacionalizações e a Delimitação dos Sectores Público e Privado no Contexto da Constituição Económica Portuguesa*, disse num assomo de frontalidade: “ela é a minha perspectiva. Não podia trazer-vos outra”. Pois não, porque simplesmente Avelãs Nunes não gosta de serpentear por entre teses dúbias envoltas numa densa neblina.

Abordou, em idêntica linha de meridiana clareza, temas como o capitalismo português, a reforma agrária, o *apartheid*, o crescimento económico e a distribuição do rendimento, a independência dos bancos centrais, a globalização neoliberal, o mercado de valores mobiliários e a institucionalização da União Económica e Monetária.

No terreno da teoria económica, Avelãs Nunes enfrentou questões fulcrais. Atravessaram as monografias de fôlego que compôs, em larga medida, nas décadas de oitenta e de noventa do século xx. Reclamam subidas menções *Industrialização e Desenvolvimento. A Economia Política do Modelo Brasileiro de Desenvolvimento, Teoria Económica e Desenvolvimento Económico e O Keynesianismo e a Contra-revolução Monetarista*.

À furiosa controvérsia entre Keynesianos e monetaristas tem regressado Avelãs Nunes diversas vezes. E regressaria outras tantas. Os contornos do debate transportam-nos, sem querer, ao complexo enredo das justas medievais, com os seus cortejos de mantenedores e de aventureiros, a que aludiu o primoroso cronista Garcia de Resende. O comovido enlevo das damas

seria substituído pelo doce entusiasmo dos sequazes de cada uma das correntes de justadores da ciência económica.

Presente-se um esplêndido drama nos justadores da ciência económica de todos os quadrantes. Tendem a abraçar uma árula votiva que os auxilie nas suas predições. Quando o economista, convencido do alcance das suas ideias, se volta para fora, com a pretensão de que o mundo não apenas se deve pôr de acordo com as suas representações, mas também lhes deve obedecer sem rebeldias e realizá-las, então produz-se no pensador a experiência decisiva pela qual averigua se ajustou o seu empreendimento teórico ou se a sua época é incapaz de o reconhecer.

Benditos e malditos factos. Se começam a correr de feição para o edifício que se ergueu, um facto é já uma teoria, como afirmava Goethe. Se os factos surgem desconcertantes e ingratos, tanto pior para eles. Míseros órfãos irreverentes. Encontrem agora quem os acolha por obra de misericórdia doutrinal.

SENHORAS E SENHORES

Nunca se viaja tanto como quando se pensa muito. Um pouco à maneira do frade de Unamuno que percorria quilómetros, dando voltas ao pequeno jardim da sua residência. Torrencial como um caudal Horaciano de água pura no rio revolto da história económica que, invariavelmente, se deixa tocar pelos sedimentos das margens que a bordejam, Avelãs Nunes viajou, sem custo, às regiões incógnitas da ideia.

Deu, o título pertence-lhe, uma *Volta ao Mundo das Ideias Económicas*. Fez detidas paragens, designadamente, nas con-

trovérias sobre o mercantilismo, no significado económico da Revolução Francesa, nos fisiocratas e o *Tableau Économique*, na filosofia social de Adam Smith, nas continuidades e descontinuidades entre Ricardo e Marx. A justo título. Avelãs Nunes guindou-se a notável luzeiro da história económica.

Em dias próximos de nós, Avelãs Nunes aventurou-se a pintar o retrato das *Aventuras e Desventuras do Estado Social*. Desde o Estado Bismarckiano do século XIX até ao actual Estado regulador, erigido, no nosso país, a partir da década de oitenta do século XX. A falta de legitimidade do poder tecnocrático e a vacilante independência das entidades reguladoras impressionaram vivamente Avelãs Nunes. Dir-se-ia que adivinhava o cenário borrascoso de uma desregulada regulação.

A golpes de inconformismo, estrondeou a sua voz crítica sobre poderosos inimigos do Estado Social: o credo monetarista e o receituário neoliberal. O Mestre rejeita o regresso da mão invisível e da velha lei de Say e repele a tese do desemprego voluntário, *voluntary searching for a better job*, e a teoria das expectativas racionais preconizada pelos monetaristas da segunda geração. A agonia do Estado Social magoa. Até onde caminhará, porém, o Estado pós-social? Não se vaticina um horizonte seguro e definitivo.

EM SUMA, SENHORES DOUTORES

EM SUMA, SENHORAS E SENHORES

Os verdadeiros Mestres, como Avelãs Nunes, escrevem livros para ensinar. Os que o não são escrevem livros para mostrar que aprenderam. Os que o tencionam vir a ser escreverão livros para cair nas boas graças da avaliação do desempenho.

Esmaltou Avelãs Nunes as suas qualidades humanas e intelectuais com a virtude da cidadania. Foi membro de governos da República. Emprestou a parcela mais valiosa da sua existência à Escola que o viu nascer para os mundos do Direito e da Economia. Com inextinguível zelo e acrisolada dedicação, serviu-a nos rostos institucionais de Presidente do Conselho Pedagógico e de Presidente do Conselho Directivo.

Fez da Universidade de Coimbra uma porção do seu próprio ser na condição de Vice-Reitor, com preciosa gravidade senatorial. Um atributo tão proeminente quanto é certo que a pulverização de interesses antagónicos e de anseios desencontrados podem comparar-se aos grãos de poeira que, sem descanso, rodopiam num raio de sol, no meio de uma sala escura. Em diversas ocasiões, segundo soava, vingou o alvitre sabiamente conciliador do Mestre da Faculdade de Direito, à maneira do Istmo celebrado pelos poetas que a natureza intrometeu entre os mares Jónio e Egeu, de molde a evitar o confronto das ondas.

Contrasta, pois, Avelãs Nunes com um certo tipo de intelectual sempre cheio de si, mas sempre de coração arrefecido, indiferente e melancólico. A tradição não o comove e a esperança não o agita. Vê oscilar as instituições tão desprezadamente como se visse bulir as folhas das árvores. Pode assistir a tudo, mas não levantará a cabeça do seu pequeno trabalho para sequer suspirar. E quando um colega menor se abeira dele no esplendor imaginário do seu gabinete, é logo possuído por uma inquietação miudinha que o leva, ora a estremecer, ora a partir, através de um impulso repentino, rumo a um lugar especialmente importante.

Ao invés, Avelãs Nunes não abdicou de iniciativas que visassem engradecer a sua Universidade e a sua Faculdade de Direito. Uma Escola a cujos destinos presidiu, mostrando que dirigir não significa apenas medir e calcular. Menos será amortilhar os ânimos com regulamentos sufocadores de forte pendor burocrático.

Torna-se necessário ganhar tempo. Exactamente para o podermos perder em termos universitários fora do nosso pequeno canteiro. O ciclo de conferências, de largo espectro cultural, que Avelãs Nunes promoveu na Faculdade de Direito de Coimbra constituiu um estupendo exemplo disso mesmo.

Uma faceta radiosa da acção dirigente de Avelãs Nunes que não pode ser omitida decorre das responsabilidades cimeiras que lhe couberam na cooperação com os países de língua portuguesa. Assumiu-se como um arauto da lusofonia jurídica. Cultiva uma especial *devotio* pelo Brasil. Lera no céu Vítor Hugo que *un jour viendra ou l'on verra ces deux groupes immenses, les États-Unis d'Amérique, les États-Unis d'Europe, placés en face l'un de l'autre, se tendant la main par dessus les mers*. Uma imagem que bem poderia emoldurar o quadro do relacionamento do Portugal Jurídico com o Brasil Jurídico. Ora, uma dessas longas mãos que fraternalmente se tem estendido por baixo do Oceano pertence a Avelãs Nunes. Erguer, em Coimbra, um Instituto de Estudos Jurídicos Luso-Brasileiros constituiria um gesto deveras benfazejo.

Estudioso da economia brasileira, requestado orador no Brasil, membro de conselhos editoriais de revistas científicas de além-mar, participou, inclusive, em missões de interesse público ao serviço do Brasil. Não admira, pois, que tenha

sido distinguido com Doutoramentos *Honoris Causa* por Universidades brasileiras e com a Ordem do Rio Branco por parte do Presidente da República Federativa do Brasil. Como português, Avelãs Nunes não podia ser mais brasileiro.

Sobejam os motivos que conduziram renomados intelectuais brasileiros a louvar o Mestre da Faculdade de Direito de Coimbra através de um concorrido *Liber Amicorum*. Nos meus ouvidos, volta a ressoar teimosamente o mesmo eco sentencioso. Como português, Avelãs Nunes não podia ser mais brasileiro.

SENHOR DOUTOR AVELÃS NUNES

Não há modo de dulcificar a vida de quem já viveu. Mas, se isso coubesse no possível, estou certo de que o Doutor Avelãs Nunes entregaria prontamente as suas merecidas glórias brasileiras ao Senhor seu Pai, estancieiro de amarguras nessas mesmas paragens. Mirífico vislumbre de uma luz alegre, ao longe. Cada vez mais rutilante e cada vez mais perto.

Ocupei um posto de observação privilegiado relativamente a Avelãs Nunes enquanto fui Vice-Presidente de um Conselho Directivo que o teve como timoneiro seguro e esclarecido. Mostrava-se, amiúde, arrebatado pelo método e pela organização. Admiramos nos outros aquilo que não conseguimos fazer. Em reuniões a que assisti, Avelãs Nunes dispunha os seus papéis e os seus argumentos como um general em chefe alinhava os seus exércitos e fundibulários.

Precavido, conservava-se atento à última minúcia dos problemas. Sob o império de uma grande opulência dialógica,

não se furtava ao desgastante exercício da *ars respondendi et opponendi* com os seus interlocutores. As decisões brotavam de um convencimento esgrimido. Em momentos melindrosos, olhando para Avelãs Nunes, parecia-me que se encontrava ali Comte a rematar conclusivamente: “só tenho um direito. O de cumprir o meu dever”.

É, por conseguinte, Avelãs Nunes um homem afeito a incomodidades. Nunca se mostrou esquivo, de acordo com os ditames da sua consciência, a ser incómodo. Para si próprio e para os outros. Alturas houve em que terá naturalmente experimentado desafeições e desprazeres. A indiferença não conhece princípios. Ou melhor, o seu princípio rector alimenta-se da ausência de todos eles.

Ter inimigos, segundo Séneca, é um género de desgraça. Não os ter é um indício certo de outra muito maior. O espírito desassombrado e a rectidão de carácter de Avelãs Nunes protegeram-no sempre do risco de semelhante desventura. Nem por um instante esperou dos grandes as suas boas graças, dos poderosos o seu favor e dos soberbos o seu afecto.

SENHORAS E SENHORES

Não raro, o homem pensa que é aquilo que sonhou ser. Fabula vã tão bem sonhada, na eloquente expressão de D. Francisco Manuel de Melo. Ou pior, sem disso se dar conta, desce por veredas escarpadas até cair no mais trágico e imenso dos precipícios: a saudade daquilo que não foi.

Enverga a condição oposta o homem inteiramente realizado. Avelãs Nunes conseguiu atingi-la de modo admirável. Vimos

do futuro. Tal ocorre a quem, como Avelãs Nunes, logrou projectar ideias e aspirações forjadas dentro de si próprio na sua humana existência. Primeiro, imaginou-as, depois, alimentou-as, e, por fim, concretizou-as. Dispunha pois, do imponente senhorio da razão Max Scheler quando sentenciava que “todo o homem tem ante os seus olhos uma imagem do que deve ser; enquanto não o for, não está plenamente tranquilo”.

Com tanto futuro imerso no seu presente, o Doutor Avelãs Nunes já pode tomar chá com as suas lembranças, mas nunca se reformará de si próprio. Atingiu a idade jubilosa, mas nunca um vislumbre de inquietude pairou na sua frente. A razão tremeluz de forma sorridente e bem a evidencia Avelãs Nunes. Os Mestres da Faculdade de Direito não envelhecem.

É que não é apenas transfigurando-nos que o tempo nos envelhece. É também, transformando impiedosamente aquilo que nos rodeia. A mais dolorosa impressão de velhice não provém da debilidade. Deriva do isolamento. Esboroa-se, à nossa volta, tudo quanto nos era familiar. Caem as afeições e crescem as estranhezas. Como nós desconhecemos tudo, tudo nos desconhece a nós. Uma visão inóspita a que escapam os Mestres de Direito de Coimbra, pela gratidão e pelo carinho que a nossa Escola constantemente lhes tributa. Há muito que os corredores e as gentes da Faculdade de Direito guardam, por Avelãs Nunes, admiração e carinho definitivos.

SENHOR DOUTOR AVELÃS NUNES

Tanta diferença há entre nós e nós mesmos como entre nós e outrem. Do cimo do seu pensamento vibrátil, asseverou-o

Montaigne. Por isso, é um atributo raro ser toda a vida o mesmo homem. De Avelãs Nunes direi simplesmente o que ele disse de Jorge Sampaio: “pode sentir o conforto moral e intelectual de quem se manteve, pela vida fora, igual a si próprio”. Sempre.

SENHORAS E SENHORES

O lugar do homem no apreço dos outros, para utilizar uma expressão de Schopenhauer, foi o que trouxe o Senhor Dr. Jorge Sampaio aqui. Quem habitou, habita ou deseja habitar as cumeeiras do *cursus honorum* de um País, onde sopram aragens, ora docemente encantatórias, ora severamente cortantes, necessita do arrimo de uma formação sólida e irrepreensível. Exibiu-a o Senhor Dr. Jorge Sampaio. A seu modo e na sua circunstância, procurou, sem desfalecimentos, fazer-se partícipe dos três graus de *Perfecti* de Dante: *Perfecti* de inteligência, *Perfecti* da vontade e *Perfecti* da acção.

Do homem de inteligência luminosa, de vontade recta e de acção empenhada, que Jorge Sampaio sempre foi, saiu o político de imponente prestígio que Jorge Sampaio nunca deixou de ser. Audacioso na sua prudência e prudente na sua audácia. A isto acresce o esmero da educação que o dom da cortesia elevado à derradeira minúcia ainda mais sobrepuja. Educação e cortesia que lhe gentilizam o semblante e lhe enobrecem a atitude.

Impõe-se fechar a abóboda. Jorge Sampaio é um verdadeiro ornamento da vida política portuguesa, como diriam os antigos Mestres oitocentistas da Faculdade de Direito de Coimbra.

Maior Estadista, porque grande Homem. Maior Homem, porque grande Estadista.

Eis o que a cerimónia a que assistimos nos contou.

SENHOR REITOR

SENHORAS E SENHORES

Na lição de Camões, “a virtude louvada vive e cresce/
E o louvor altos casos persuade”.

Alevantados os méritos esplendentes do Senhor Dr. Jorge Sampaio, a Vossa Excelência, Senhor Reitor, não peço apenas pedindo que mande impor ao Senhor Dr. Jorge Sampaio as Insígnias Doutorais. Ao fazê-lo, estareis, isso sim, a obedecer aos mais cintilantes e puros ditames da Justiça.

Disse

Coimbra, 24 de Janeiro de 2010.

Rui Manuel de Figueiredo Marcos





















Doutor Jorge Sampaio
e esposa Dra. Maria José Ritta







(Página deixada propositadamente em branco)

